

A CONSTRUÇÃO METAFÓRICA DO POVO BRASILEIRO

Freda Indursky

RESUMO: *L 'article examine l'effet de métaphore dans la constitution du sens discursif. Pour ce faire, le mot peuple est analysé d'abord à partir des effets de sens qu'il produit dans le discours présidentiel militaire brésilien. En suite, ces effets, pris comme des niveaux référentiels, sont considérés dans la construction du jeu métaphorique au sein du quel la métaphore du peuple brésilien est produite.*

PALAVRAS-CHAVE: *análise do discurso, sentido literal, efeito de sentido, efeito metafórico, evidência de sentido, referência, nível referencial, formação discursiva, imaginário.*

PARA INÍCIO DE CONVERSA

Antes de mais nada, preciso dizer que essa reflexão inicia em trabalho anterior (INDURSKY, 1992), cujos propósitos, bastante diversos, centravam-se no funcionamento do discurso presidencial da República Militar Brasileira (1964-1984) para verificar, entre outros aspectos, como é representado o interlocutor nesse espaço discursivo. As análises então realizadas evidenciaram que, dentre as diferentes formas de representação do *outro* naquele discurso, destaca-se, por significativa e de uso universal, o item lexical *povo*.

Ao examinar o funcionamento discursivo desse item lexical, constatei que sua referência é muito ampla e difusa, conforme será exposto na primeira seção desse artigo.

Essa constatação inicial permitiu avançar na reflexão sobre o sentido discursivo, verificando na prática “o primado do significante sobre o signo e o sentido” (PECHEUX, 1988, p.262). Assim, no presente artigo, retomo o exame de *povo* no mesmo espaço discursivo para analisá-lo enquanto *efeito metafórico*.

CONSTRUÇÃO REFERENCIAL DE POVO

Pêcheux afirma que “o significante, que não é signo, e como tal não tem sentido, determina a constituição do signo e do sentido” (*id.*, *ibid.*). Dessa forma, o autor põe em discussão a noção de literalidade, defendendo que “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não têm um sentido que lhes seja próprio, preso a sua literalidade”, nem, tampouco, sentidos deriváveis a partir dessa literalidade” (*id.*, p.262). Na concepção do autor, as palavras, as expressões, as proposições recebem seus sentidos da formação discursiva em que estão inscritas, daí advindo o *efeito de transparência* de que seu sentido parece estar revestido.

Esse tipo de reflexão já causou muita celeuma. Os debates teóricos construíram trincheiras acadêmicas, desenhando com vigor a posição daqueles que defendem o sentido literal e daqueles para quem não há núcleos de sentido, preferindo pensá-lo apenas como margens.

Nada, entretanto, como o tempo, para mostrar que pontes podem ser concebidas entre posições aparentemente intransponíveis. Assim, foi com grata surpresa que li o artigo *Predicação metafórica e gerativismo* de Cirlene Magalhães Almeida. Nele a autora mostra que os atuais avanços da teoria chomskiana permitem rever a questão do sentido, salientando que *não há diferença entre sentido literal e sentido metafórico*” (1989, p.149) [O grifo é meu]. Tal mudança se dá pelo viés da teoria dos papéis temáticos. Afirma a autora que

ao ser incorporada à gramática a atribuição de papéis temáticos pelas categorias lexicais básicas (V,N,A,P) — com a noção de que essas categorias se combinam com um número X de argumentos, não se levando em consideração o significado desses argumentos — abrem-se novas perspectivas para o estudo da metáfora nos estudos gerativistas.

(ALMEIDA, p.148).

Essa citação não pretende colocar o presente trabalho no marco referencial da teoria chomskiana. Apenas mostra que as fronteiras antagônicas, antes tão rígidas e intransponíveis, encontram aparentemente guarida para uma aproximação de seus pontos de vista.

Fechado o parêntese, volto à questão em pauta nesse trabalho.

Assim, em busca da evidência de sentido de *povo* no discurso em pauta, deparei-me com a ampla gama referencial de que esse item lexical aí é dotado, podendo perceber que, mesmo no interior de uma FD, os sentidos não são estáveis, o que evidencia de forma ainda mais radical o “primado do significante sobre o sentido”, pois em lugar de um sentido, deparei-me com um feixe de efeitos de sentido, dos quais decorre a referência de *povo* nesse discurso.

O próprio discurso deu-me pistas para perceber que por trás de *povo* havia efeitos de sentido insuspeitáveis. A seqüência discursiva (SD) que segue mostra isso com clareza.

(1) A revolução não se fez para manter privilégios de quem quer que

seja, mas para, *em nome do povo e em seu favor*, democratizar os benefícios do desenvolvimento e da civilização.

(CB, 21/04/64, Homenagem a Tiradentes, Ouro Preto, p.20).

Face a discursos desse tipo, passei a perguntar-me que *povo* seria esse, qual seria sua referência. Não parecia evidente tratar-se de um coletivo capaz de abrigar a globalidade do povo brasileiro, posto que essa fosse a evidência de seu sentido.

As análises mostraram-me que em lugar de um sentido único e estável, havia cinco diferentes efeitos de sentido — que chamo de níveis referenciais — dos quais decorre a referência de *povo* nesse discurso. Esses diferentes níveis referenciais passam a ser distinguidos, daqui para a frente, por POVO1, POVO2, POVO3 e POVO4.

Através de POVO1 o discurso presidencial referencia aqueles que se mobilizaram contra o Governo Goulart, conforme é possível constatar através da sequência discursiva que segue.

(2) [...] Na verdade, o *povo* brasileiro, ao se *levantar em armas*, procurou restabelecer a autodeterminação e o ambiente das liberdades fundamentais que vinham sendo massacradas pelos comunistas em todas as partes do governo brasileiro.

(CB1, Dia da Vitória, Frente aos ex-combatentes, p.102).

Como se vê, há uma associação entre *povo* e *armas*, fazendo com que o sentido deslize de um para o outro, surgindo daí o efeito de sentido de revolução, associada a *povo*. Na sequência discursiva que segue, esse efeito é reforçado:

(3) [...] houve preparação no meio militar, como houve preparação no meio civil, como houve, *sobretudo, preparação no meio do povo* [...] O descalabro era tremendo, o País caminhava para o caos.

(CS3, 31/03/69, 5º Aniversário da Revolução, p.511).

Se, em SD2, salienta-se o *levante armado do povo*, em SD3 é o *povo que, mais do que qualquer outro segmento da sociedade*, preparava-se para golpear o governo. Procura-se assim desmilitarizar o golpe de estado. Esse efeito de sentido é ainda reforçado em SD4, a seguir.

(4) Está bem viva na memória do país a *marcha da família pelas ruas*, do sentimento religioso e cristão de nosso *povo*, exigindo o fim de todos os desmandos.

(M1, 31/03/70, 6º Aniversário da Revolução, TV, p.87).

Evoca-se, em SD4, a mobilização das mulheres paulistas que, rezando em procissão, ficou conhecida como a “marcha da família com Deus pela liberdade”. Ou seja, mais uma vez constrói-se o efeito de um movimento espontâneo, *despolitizado*, desmilitarizado, mas dotado de forte religiosidade, cujo agente mobilizador é a família.

É interessante observar que somente em Geisel POVO1 passa a ser finalmente constituído *também* por militares, como se pode observar em SD5.

(5) O *povo*, através de suas mais autênticas expressões — a igreja de Cristo, a imprensa responsável, autênticas lideranças políticas, associações de classe [...] e as *Forças Armadas que são povo também* —

irmanaram-se [...] Os militares souberam aguardar [...] manifestações inconfundíveis da vontade popular

(G1, 31/03/74, 10º Aniversário da Revolução, TV, p.63).

Em SD5, diferentes segmentos da sociedade podem ser lidos, tais como classes produtoras, latifundiários, partidos e as “Forças Armadas que são *povo também*” (...). Ou seja, todos os segmentos da sociedade que discordavam do Governo Goulart funcionam como o móvel, o agente das Forças Armadas.

Somente em Figueiredo, POVO1 passa a assumir claramente sua face militar:

(6) *Coube às Forças Armadas nacionais* a missão histórica de deter o curso da política mais contrária às aspirações do nosso *povo*

(F1, 31/03/80, Palácio do Planalto, 16º Aniversário da Revolução, p.39).

Como se vê, *povo*, pela primeira vez, não é o agente da ação, que fica a cargo das Forças Armadas, embora determinada pelos desígnios maiores do *povo*.

Enfim, todos os segmentos que se insurgiram em nome da nação contra o Governo Goulart são tomados como POVO1 — *aqueles que apoiaram e deram origem ao golpe militar*.

O apoio obtido na primeira hora “revolucionária” funciona como um *acontecimento discursivo* (GUILHAUMOU & MALDIDIER, 1989 e 1994; PECHEUX, 1990) — gesto coletivo sobre o qual se funda a legitimidade desse discurso, projetando-se sobre todos os governos militares que se lhe seguiram, de tal modo que o apoio é ritualisticamente reatualizado a cada celebração daquele acontecimento.

Assim, os protestos, antes do golpe, colocam os militares como aqueles que agem em nome de POVO1 e, após o golpe, como aqueles que falam em seu nome, instituindo-se como o seu legítimo *porta-voz*. Essa é a função enunciativa de que o sujeito desse discurso se reveste quando fala investido de/no poder por POVO1.

Esse, no entanto, não é o único efeito de sentido que *povo* produz nesse discurso. Examinando, a seguir, o segundo nível referencial desse item lexical. Em POVO2 não há protestos, não há manifestações, não há marchas. Nesse nível referencial é construída a imagem de um *povo* dotado de *paciência sofrida* (CB), de *rara compreensão* (CB), *forte nos sofrimentos* (CB), *simples e bom, paciente e sofredor* (CS). É o que pode ser atestado através das duas seqüências discursivas que seguem.

(7) Chegamos à pungente conclusão de que a economia pode ir bem, mas a *maioria do povo ainda vai mal*.

(M2, 10/03/70, Aula inaugural da ESG, p.70).

(8) [...] No dia universal do trabalhador — quando exalta-se [...] o espírito de todo o *povo* desta terra que *com o suor de suas mãos* e a energia de suas vontades [...] constrói o Brasil grande de amanhã [...]

(G1, 01/05/74, TV, p.83).

Como se vê, POVO2 remete às classes trabalhadoras. O sujeito desse discurso, na verdade, constrói um simulacro de *povo* bom e ordeiro, segundo a

imagem que melhor convém a esse espaço discursivo. Assim procedendo, institui-se como a figura enunciativa do *mediador* que se erige como um sujeito suposto saber — aquele que, por tudo saber sobre o povo, acaba por imputar-lhe um discurso em substituição ao seu. Contudo, enquanto a figura enunciativa do *porta-voz* é legitimada pelo fato de o sujeito fazer-se povo em POVO1, o mesmo não ocorre com a figura enunciativa do *mediador*, pois o sujeito não se representa nesse nível referencial. Isso configura a usurpação da voz de POVO2, substituída por um constructo enunciado pelo *mediador*.

Assim, ao distinguir POVO1 de POVO2, distingo dois aspectos diversos desse funcionamento discursivo. No que tange ao sujeito desse discurso, oponho duas funções enunciativas por ele exercidas. Por um lado, a função de *porta-voz*, referente a POVO1 e, por outro, a função do *mediador*, relativa à POVO2. Ou seja, o primeiro nível referencial representa aqueles que são detentores de uma vontade legítima, expressa através de um acontecimento discursivo, datado no espaço e no tempo. Já o segundo nível representa um povo a quem nunca foi dado expressar sua vontade, de modo que o *mediador* simula interpretar necessidades que, de fato, são por ele construídas e atribuídas a POVO2.¹

Enquanto POVO1 e POVO2 são de uso universal nesse discurso, POVO3 e POVO4 ocorrem exclusivamente no domínio discursivo de Figueiredo. Tal fato está diretamente relacionado às condições de produção desse discurso e mostra, na prática, a transformação do saber da formação discursiva em que esse discurso se inscreve, passando a admitir em seu dizer o que antes fazia parte de seus interditos.

Para examinar POVO3, tomo por base o recorte discursivo que segue.

(9) Hoje o povo manifesta sua vontade de mudança que é essencialmente democrática. Se o povo quer e manifesta politicamente sua vontade, o governo e os partidos políticos não podem ignorá-la.

(F6, 16/04/84, Palácio do Planalto, TV, p.80).

(10) Conforme a vontade do povo, é preciso mudar a Constituição. Vamos mudá-la.

(F6, 16/04/84, Palácio do Planalto, TV, p.80).

Examinando o recorte precedente, pode-se constatar que POVO3 constitui um uso partitivo que identifica um segmento muito preciso da sociedade brasileira e bastante diverso dos dois partitivos anteriormente examinados. Trata-se aqui de um *povo* dotado de voz, cujo discurso é relatado pelo sujeito do discurso presidencial, sem, no entanto, assumir a função enunciativa de *porta-voz*, própria a POVO1, nem, tampouco a de *mediador*, referente a POVO2. POVO3 é dotado de uma *voz não-coincidente* que, face à conjuntura, é apenas *relatada* pelo sujeito do discurso. É nisso que esse nível referencial distingue-se radicalmente dos anteriores: através dele admite-se discursivamente que o *povo* tem vontade própria que deve ser respeitada pelo governo. É incorporado ao saber da formação discursiva do sujeito desse discurso que a vontade do povo nem sempre se

¹ As figuras enunciativas do *porta-voz* e do *mediador* foram por mim analisadas em trabalho anterior (INDURSKY, 1995a).

confunde com os desejos do governante. E mais: que nem sempre o que é bom para o governo também o é para o *povo*.

A emergência de POVO3 na prática discursiva de Figueiredo mostra o enfraquecimento do poder político do sujeito desse discurso, que se relativiza à medida que é obrigado a reconhecer discursivamente a existência de um povo dotado de vontade não-idêntica a sua. POVO3 representa a *sociedade civil* que volta a organizar-se. Esse é seu efeito de sentido. Distingo, pois, POVO1 — a *vontade coincidente*; POVO2 — a *vontade silenciada*; e POVO3 — a *vontade divergente*.

Da mesma forma, POVO4 também emerge nesse discurso apenas no último domínio discursivo. Isso ocorre por representar um *outro* que havia sido banido do discurso militar em nome da moral. Nesse discurso, até então, não era admitida a manobra política. No entanto, o mesmo movimento que incorporou as vozes discordantes abriu a brecha para que POVO4, a parcela do povo capaz de constituir-se enquanto *massa de manobra*, fosse aí representada. Esse é seu efeito de sentido, nesse nível referencial. POVO4 é, pois, a contrapartida discursiva que surge para neutralizar a vontade de POVO3, razão pela qual se instauram no mesmo domínio discursivo.

O recorte que segue mostra claramente a construção discursiva desse efeito de sentido.

(11) Reveste-se de tal importância a vitória de nosso Partido nas eleições de 15 de novembro que a normalização política de nossa pátria muito facilitada estará se conseguirmos *convencer o povo [...] a votar no nosso Partido*.

(FA, 26/05/76, Frente a Deputados Estaduais da Bahia, p.18).

(12) E se querem dizer que eu faço por ser um presidente popular, que eu sou um presidente populista, que o digam quantas vezes quiserem, porque eu *vou continuar abraçando o povo*, porque eu *gosto de abraçar o povo*.

(F3, 12/02/81, Mato Grosso do Sul, Improviso, p.90).

SD11 e SD12 mostram que a conjuntura está-se transformando, que o *povo* está mudando, está-se organizando, podendo até mesmo conquistar uma parcela do poder através do voto. Para neutralizar a força de que POVO3 é dotado, faz-se necessário apelar para a manipulação eleitoral, ressurgindo, então, POVO4. Vale dizer que POVO4 é concebido como suscetível à demagogia e ao populismo. Assim, o discurso que representa POVO4 mostra o funcionamento do engodo e da manobra política em busca da perpetuação no poder.

A presença de POVO3 e POVO4 no domínio discursivo de Figueiredo mostra a tensão existente entre as forças antagônicas que se confrontam no cenário discursivo de Figueiredo.

Como é dado perceber, *povo* é dotado nesse discurso de um espectro referencial muito amplo. A grade referencial que segue sintetiza a construção da

referência desse item lexical no discurso em análise.

NÍVEL	REFERENTE
POVO1	<i>os que apóiam o golpe (vontade coincidente)</i>
POVO2	<i>trabalhadores (vontade silenciada)</i>
POVO3	<i>sociedade civil (vontade divergente)</i>
POVO4	<i>massa de manobra (ausência de vontade)</i>

Esses diferentes níveis referenciais foram estabelecidos discursivamente, através dos efeitos de sentido que esse item lexical instaura no processo discursivo em exame. Ou seja, o sentido assim posto não precede o discurso, nem seus efeitos de sentido derivam de outro, estabelecido *a priori*, mas, ao contrário, constrói-se por dentro do discurso, pelo viés do trabalho discursivo propriamente dito, em função das formações imaginárias que presidem o sujeito desse discurso. O resultado é um grau de ambigüidade bastante elevado, que converte esse item lexical em um instrumento político muito eficaz, pois, através dele, mobilizam-se o apoio, a colaboração, a força de trabalho, o sacrifício de um povo cuja evidência de sentido parece remeter para um sentido genérico, mas que, de fato, possui especificidade variada.

Na próxima seção, examino a propriedade do discurso presidencial pelo viés da qual se instauram efeitos de sentido diferentes sob a aparência do mesmo.

DO EFEITO DE SENTIDO AO EFEITO METAFÓRICO

Como foi possível apreciar nas análises levadas a termo na seção anterior, *povo* exerce papel essencial no jogo enunciativo desse discurso. Por seu viés, constrói-se a ilusão de um discurso cujo sujeito leva em conta a interlocução política, seja assumindo a função de *porta-voz* de POVO1 ou de *mediador* de POVO2, seja relatando o discurso de POVO3.

Sua amplitude referencial empresta-lhe alto grau de ambigüidade, graças à qual o sujeito do discurso presidencial pode afirmar que o movimento de março *tem raízes no povo* (CB) e que as ações restritivas são praticadas *no interesse da Nação, do povo e da Revolução* (CS). Ou seja, esse discurso pretende exercer o poder *pelo povo e para o povo*, em sua dimensão coletiva, quando se sabe, pelas análises precedentes, que o faz em nome de POVO1 e para POVO1, que lhe deu sustentação. Assim, a ambigüidade semântica desse item lexical tece o discurso político: a interpelação de *povo* instaura a ilusão de um discurso democrático que, ao tomar a palavra em nome do povo, mobiliza o acontecimento discursivo que lhe deu origem e do qual retira sua legitimidade.

O jogo ilusório proporcionado por esse item lexical pode ser ainda examinado através da análise da correferência lingüística. Para tanto, apresento, a

seguir, mais uma sequência discursiva.

(13) [...] Tal como sabíamos [...] o quanto era superficial o alarido dos que diziam falar pelo *povo*, mas eram por *ele* repudiados.

(F3, 31/03/80, Palácio do Planalto, 16º Aniversário da Revolução, p.40).

Em SD13, há uma única ocorrência de *povo* que pode ser interpretada como POVO2, pois aí faz-se alusão àqueles que se manifestavam em nome do povo, a favor de certas reformas de base, tal como a reforma agrária, por exemplo. Ou seja, o *povo* assim referenciado beneficiar-se-ia com tais reformas.

Na segunda parte dessa sequência, o pronome anafórico *ele* estabelece relação com *povo*, de modo que a leitura que essa correferência possibilita é a de que *o povo repudiou aqueles que falavam em seu nome, acenando-lhe com uma reforma que viria em seu benefício*.

É de questionar, nesse passo da reflexão, se é coerente atribuir àqueles que se beneficiariam com tais reformas, e que no discurso são representados por POVO2, o repúdio mencionado em SD13. Em minha interpretação, o repúdio não provém desse segmento. Ele origina-se, com muito mais coerência, daqueles que se fazem presentes pelo viés de POVO1, entre os quais se encontram os latifundiários cujos interesses encontram-se em rota de colisão com as reformas que beneficiariam POVO2. Assim, proponho como agente do repúdio POVO1 e não POVO2.

Pode-se perceber, pois, que a correferenciação estabelecida entre *povo* e *ele*, no nível lingüístico, permite que a leitura seja processada. Entretanto, essa correferenciação não se projeta ao nível discursivo, pois *ele* garante a retomada de *povo*, mas não no mesmo nível referencial. Ou seja, a correferência é exclusivamente formal, não dando conta do nível referencial e seu respectivo efeito de sentido. Esse limite possibilita que o jogo ilusório se instaure, mobilizando um nível referencial por outro, vale dizer, um partitivo por outro.²

O que até o presente momento designei de *jogo ilusório* está na base do *efeito de metáfora* que se instaura nesse discurso pelo viés do item lexical *povo*.

Nesse ponto, remeto, uma vez mais, a Pêcheux e sua concepção de metáfora. Para o autor,

o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição; esse relacionamento, essa *superposição*, essa *transferência* (meta-phora), pela qual elementos significantes passam a se confrontar, de modo que se “revestem de um sentido” não poderia ser predeterminado por propriedades da língua, pois *isso seria admitir que os elementos já estão dotados de sentido, que têm primeiramente sentido ou sentidos, antes de ter um sentido*. De fato, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em *efeitos de substituição*, paráfrases, sinônimos).

(PÊCHEUX, 1988, p.263) [Os grifos são meus].

Um processo metafórico, tal como o proponho aqui, relaciona-se

² A diferença existente entre a *anáfora textual* e a *anáfora discursiva* foram analisadas em trabalho anterior (INDURSKY, 1995b).

fortemente com o imaginário do sujeito do discurso que, por ser social, encontra-se ancorado na formação discursiva em que se inscreve o sujeito, e não em um imaginário individualizado, como é o da retórica. De modo que as transferências e/ou superposições que estão na base do efeito de metáfora refletem todo o jogo de possíveis desse discurso.

No efeito de metáfora que vai de *povo* em seus diferentes níveis referenciais para a construção metafórica de *povo brasileiro*, é justamente um processo de superposição que ocorre, pois a cada ocorrência desse item lexical, não uma palavra pela outra, mas um nível referencial pelo outro pode ser mobilizado, tal como ocorre em SD13, por exemplo.

No discurso em análise, o item lexical *povo* é muito freqüente e generalizado, dando margem a que seus efeitos de sentido aí se confrontem e mesmo se superponham constantemente, de modo extensivo e não localizado, originando um *jogo metafórico* do qual resulta a *construção metafórica do povo brasileiro* no discurso presidencial militar.

O efeito de sentido que se constrói pela metáfora é o *efeito de unanimidade*, que remete necessariamente para um *coletivo*, que é da *ordem do imaginário*, e não se sustenta em nenhum nível referencial específico, ao contrário do que ainda supunha em trabalhos anteriores (INDURSKY, 1992, 1995a), mas, de fato, deriva da superposição e/ou transferência entre os níveis partitivos anteriormente descritos pois, conforme diz Pêcheux, “la métaphore est illocalisable, [...] elle est partout à l’origine de la production du sens.” (GADET & PÊCHEUX, 1981, p.173).

Esse caráter inefável de que se reveste a *construção metafórica do povo brasileiro* constitui-se em uma propriedade muito particular de que se reveste o jogo enunciativo do discurso autoritário aqui analisado.

BIBLIOGRAFIA

Obras citadas

- ALMEIDA, Cirlene M. Predicação metafórica e gerativismo. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, IEL/UNICAMP, n.17, p.147-162, jul./dez. 1989.
- AUTHIER, Jacqueline. Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l’autre dans le discours. *DRLAV*, n.26, p.91-151, 1982.
- COURTINE, Jean Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours. *Langages*, n.62, p.9-127, juin 1981.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *La langue introuvable*. Paris, Maspéro, 1981.
- GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Da enunciação ao

- acontecimento discursivo em análise do discurso. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas, Pontes, 1989.
- _____. Efeitos do arquivo. A análise do discurso do lado da História. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Gestos de leitura: da História no discurso*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1994.
- INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes: uma análise do discurso presidencial da Terceira República Brasileira (1964-1984)*. Tese de Doutorado. Campinas, IEL/UNICAMP, dez. 1992.
- _____. Que povo é esse? *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, ano 4, v.1, p.101-114, jan./jun. 1995a.
- _____. Da anáfora textual à anáfora discursiva. *Anais do I Encontro do CELSUL*. Florianópolis, UFSC, nov. 1995b. (No prelo).
- ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- _____. Segmentar ou recortar? *Série Estudos*, Faculdade Integrada de Uberaba, n.10, p.9-26, 1984.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1988.
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Campinas, Pontes, 1990.

Discursos Presidenciais

- CB - CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. *Discursos*. Brasília, Secretaria da Imprensa, 1964.
- CS - COSTA E SILVA, Arthur da. *Pronunciamentos do Presidente*. Brasília, Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, s.d., v.2.
- M1 - MÉDICI, Emílio G. *O jogo da verdade*. Brasília, Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1970.
- M2 - *Nova consciência de Brasil*. Brasília, Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1970.
- G - GEISEL, Ernesto. *Discursos: 1974*. Brasília, Assessoria de Imprensa, e Relações Públicas da Presidência da República, 1975. v.1.
- F1 - FIGUEIREDO, João. *Do Aracoara ao Planalto*. Brasília, Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, s.d.
- F2 - _____. *Discursos: 1980*. Brasília, Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, 1981. v.2.
- F3 - _____. *Discursos: 1981*. Brasília, Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, 1982. v.3.